

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

DOMÍNIOS DE UM CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO¹

Rosa Acevedo Marin²
Edna Ramos Castro³

Entre 1998-2000, a execução do projeto *Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará: ocupação do território e uso de recursos, descendência e modo de vida* revestiu-se, não intencionalmente, de um caráter estratégico, pois os próprios passos e resultados da pesquisa de maneiras diversas foram distanciando-se da definição inicial dos pesquisadores, do próprio movimento social de referência e mesmo das entidades financiadoras ou promotoras. Observou-se um crescimento contínuo das comunidades negras rurais, resultado de um movimento de memorização, no qual a relação e a identificação com o campesinato tradicional as associava a uma identidade étnica. As experiências dos grupos da região do Trombetas e a divulgação das primeiras titulações de terras de quilombos, a partir de 1995, alimentavam expectativas de atores dispostos a lutar pela sua permanência em territórios ancestrais, muitas

¹ Este artigo resulta do trabalho desenvolvido na pesquisa *Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará: ocupação do território e uso de recursos, descendência e modo de vida*, realizada com o apoio da SECTAM/Governo do Estado do Pará, sob a responsabilidade das autoras, e no projeto de pesquisa *Território de uso comum e sabores de populações tradicionais*, de E. Castro, com o apoio do CNPq.

² Doutora em História, Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA.

³ Doutora em Sociologia, Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA.

vezes em oposição ao ordenamento jurídico preconizado pelo Estado. Por outro lado, os movimentos políticos nacionais em defesa de direitos trouxeram à tona uma questão importante para a agenda da Constituição de 1988: a demarcação das terras com base no Artigo 68 das Disposições Transitórias que, embora em uma primeira leitura revele-se um instrumento legal auto-aplicável, de fato exigiu que esses atores enveredassem por caminhos que podemos definir, sem dúvida, como tortuosos. Foi preciso percorrer os estamentos burocráticos para produzir as noções, as operações e os procedimentos, e ainda circular nas estruturas jurídico-legais e de poder, nas quais seriam tomadas as decisões. Os instrumentos desse poder tenderam a estabelecer restrições, de várias ordens, como tem sido mostrado por Gusmão (1995), Almeida (1991), Boaventura (1995), Salustiano (1995), entre outros. A esfera legal que detém o controle sobre os processos de demarcação inaugurava certos procedimentos-padrão para a elaboração de laudos periciais e relatórios. Nesse ínterim, a tramitação das demandas sociais mostrou-se zigzagueante com efetivas demoras e mesmo deturpações de sentido.

No Pará, a articulação das comunidades negras rurais, inicialmente nos Encontros de Raízes Negras realizados desde 1985 e, posteriormente, no I Encontro de Comunidades Negras Rurais, em Belém, este em maio de 1998, havia produzido uma idéia vaga da dimensão numérica desses grupos e, ao mesmo tempo, trazia à tona situações concretas por eles vividas e uma hierarquização de problemas em relação à terra. O que ficava evidente era a capacidade de mobilização e de articulação política em torno de uma convergência, ir atrás do direito à terra e à cidadania. Esboça-se nesses primeiros processos uma heterogeneidade de situações em relação à origem das comunidades no território, aos conflitos e às tensões em torno da terra e dos seus recursos. Esses Encontros revelaram os antecedentes da organização social e política das comunidades, que estão na base das suas múltiplas inserções e mobilizações.

Em julho de 1997, o Governo do Pará criou um Grupo de Trabalho formado por representantes do ITERPA, SECTAM, SECULT, SAGRI, por entidades representativas do movimento negro como a ARQMO e o CEDENPA a pedido destes, e ainda pela CPT e FETAGRI. O Grupo identificou como necessidade promover estudos e apresentar propostas de solução às questões relacionadas *com a regularização definitiva de áreas abrangidas pelas comunidades remanescentes dos antigos quilombos* do Estado.

De forma evidente, os Encontros, enquanto lugar de troca de experiências particulares e de formulação de estratégias conjuntas, anteciparam ao mundo *savant* uma problemática e, desta vez, pressionaram o aparelho de Estado por diligências e respostas concretas. Aqui importa falar do caráter estratégico da

pesquisa, pois o grupo, o movimento e ainda as entidades de representação esperavam respaldar os seus pleitos nos resultados por ela produzidos. A demanda ia na direção de reflexões conceituais que os ajudassem a pensar as noções e os processos históricos que estavam na raiz das situações sociais experimentadas contemporaneamente. O movimento da pesquisa quase que é obrigado a acelerar-se e, à medida que sua execução progride, ele produz novos processos internos de mobilização⁴.

O projeto *Mapeamento de comunidades negras rurais*⁵ associa-se igualmente a uma visão de estratégia quando, a partir de uma noção cartográfica, de localização de grupos nas áreas, apresenta outra configuração do Estado do Pará, já pontilhado por dezenas de comunidades negras rurais. Isso ultrapassou a simples localização ou o estudo de situação, pois construiu-se uma cartografia política que traduz a linguagem nova sobre o território, as territorialidades de grupos, reproduzidas sobre uma matriz histórica, ou memória social, com identidades sendo construídas na dinâmica de ações refletidas. Termos como quilombos, remanescentes de quilombos e comunidade negra passam a formar parte do universo discursivo dos grupos estudados, produzindo ao mesmo tempo elementos de autodefinição e formas de representação, ou uma espécie de autoconhecimento para a afirmação étnica. A criação dessa representação em termos políticos não é fácil e nem homogênea, pois há uma multiplicidade de identidades e de situações que são transitivas no sentido de que esses mesmos indivíduos e grupos reconhecem-se em âmbitos diversos de inserção nos espaços do poder.

O que tornou esse projeto uma experiência de pesquisa diferente foi a construção do objeto, os instrumentos e as possibilidades de constituir-se uma “antropologia” ou uma “sociologia da ação”. As relações sociais e históricas referidas aos processos de territorialização do grupo “negro”, a elaboração da identidade étnica, a mobilização política em torno dos direitos, foram construídos

⁴ Indicadores desse caráter impulsionador são as solicitações de estudo, o estreitamento das relações da equipe de pesquisa com as comunidades e a forma como a agenda de pesquisa fez adaptações para atender os atores mobilizados.

⁵ Cujos objetivos eram: 1. Identificar e mapear comunidades negras no Estado do Pará que sob designações diferentes reivindicam direitos à permanência e uso da terra - remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, povoados negros, terras de preto, terras de santo e mocambos. 2. Fornecer subsídios para a discussão conceitual sobre terras de quilombos/quilombolas, terras de preto, comunidades negras etc., com fins de explicitar questões hoje polêmicas, com vistas sobretudo a viabilizar a regularização das situações de ocupação das terras. 3. Fornecer subsídios para entidades de representação de grupos negros e para as Secretarias do Estado para elaborar projetos econômicos e de melhoria das condições de trabalho e vida, associados a políticas públicas.

como objeto desse estudo. Com isto buscava-se apreender as situações sociais dos grupos decisivos na construção da história e de sua consciência sobre as realidades sociais diferenciadas. Este artigo propõe-se a discutir as realidades políticas de mobilização de comunidades negras rurais no Pará e compreender os sistemas de relações internas e externas que pressupõem sua organização.

1 UNIVERSO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

Com uma metodologia interessada em captar processos, esta pesquisa traz elementos novos ao conjunto das pesquisas empreendidas nessas décadas sobre quilombolas. Utilizou-se do recurso de divisão do universo representado pela ocorrência de comunidades negras rurais no Pará, em cinco áreas de estudo, enquanto unidades de descrição de situações históricas e relações sociais. Com isto realizou-se uma verticalização do estudo sobre os processos de formação da sócio-economia local, essencial para identificar as mudanças demográficas, econômicas, políticas e ecológicas, que interferiam na constituição daqueles grupos. Em termos gerais, cada uma dessas áreas expressa uma resposta singular às ameaças e às pressões sobre a terra ocupada pelos antepassados. As narrativas recorreram à memória para traçar com detalhes as formas materiais e simbólicas do território, anotar a chegada de cada novo grupo ou personagem, os fatos que imprimiram identidade aos lugares e configuraram as relações sociais e políticas. Nessa linha, foi possível entender a estreita vinculação do território à memória, no sentido de que o território é a *passagem* da memória social, pois nele estão impressas as imagens fortes dos lugares. As mudanças demarcavam-se na relação imediata entre as experiências sociais e um dado território onde se realizam: trabalho, festas, casamentos e funerais. As formas de organização social, de trabalho, de religiosidade mostravam a riqueza dessas experiências e das elaborações no nível do imaginário social.

Foi possível compreender ainda que cada área representava uma trajetória de organização política revista através de lutas, de definição de espaços conquistados, de formação de lideranças, de interlocuções e de mediações. A atenção para este tipo de discurso permitia romper com a idéia monolítica de passividade. Os enunciados discursivos e a etnografia constituem relações movidas por uma dinâmica única, pois é esse discurso que permite compreender o campo de práticas sociais (Rosie, 1994; Bourdieu, 1977).

Do mapeamento das áreas resultou uma cartografia sinalizando os 253 povoados (Quadro 1), parte deles visitados pela equipe. Somente a região nordeste do Pará (Belém, Guajarina, Bragantina e Gurupi), que compreende uma área dominada pelas estradas, soma 88 povoados. Outro universo formado por 75 comunidades foi identificado no vale do rio Tocantins. As comunidades

identificadas distribuem-se nas seguintes áreas de estudo: 1. Região da Grande Belém, Guajarina e Marajó; 2. Região Bragantina e Gurupi; 3. Região Tocantina; 4. Médio Amazonas; 5. Trombetas e Erepecuru.

A seleção de algumas comunidades para estudo aprofundado decorreu de um reconhecimento interno do grupo que atribuía ao pesquisador a responsabilidade de concentrar a atenção naquelas que potencialmente tinham mais possibilidade de apoiar-se nos resultados do trabalho de pesquisa para ampliar o espaço da luta pelo direito à terra. Abacatal, Itancoã, Bela Aurora, Camiranga, Boa Vista do Itá e Umarizal receberam esse tratamento. Os procedimentos partiam de narrativas como forma particular de conhecimento (Rosie, 1994). De fato, as narrativas dominam nos estudos de comunidades negras rurais⁶.

2 TITULAÇÃO DE TERRAS DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS

No Pará, onde se encontra uma grande quantidade de comunidades negras rurais⁷, apenas 11 áreas foram tituladas⁸, o que demonstra a lentidão desses procedimentos. No rio Trombetas, as primeiras tentativas de introduzir a demarcação foram feitas em 1990⁹. Nos processos internos de decisão das comunidades, em um primeiro momento, cabia tomar a decisão sobre a área e a extensão a ser reivindicada.

⁶ Ver na bibliografia os estudos de Baiocci, Daria, O'Dwyer, Gusmão, Leite, Acevedo, Acevedo e Castro, Paiva e Souza e Arruti.

⁷ Levantamento empreendido pelo Centro de Cultura Negra do Pará/CEDENPA e pelos STRs, completado no *I Encontro de comunidades negras rurais no Pará e posteriormente pela Pesquisa Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará*.

⁸ Incluindo a comunidade de Itamoari, localizada no Município de Cachoeira do Piriá, titulada no dia 7/9/1998, com base no Art. 68 do Ato de Disposições Transitórias.

⁹ O livro *Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios*, de autoria de Rosa Acevedo e Edna Castro, foi a peça central nos processos de titulação encaminhados à Procuradoria Geral da República, em 1991/92, aos quais se somou o trabalho da CPI-SP, que passou a dar uma assessoria direta à Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO.

Quadro 1: Comunidades negras rurais no Estado do Pará, por grandes áreas e municípios.

Áreas	Total comunidades	Comunidades identificadas	Municípios
Grande Belém; Região Guajarina e Marajó	50	Abacatal; Acaraqui; África; Bacabal; Bahia do Sol; Boa Vista do Arauaia; Boa Vista do Guamá; Boa Vista; Caldeirão; Cataeandeuá; Catiuaia; Monte Alegre; Comunidade do Lago; Espírito Santo; Flexal; Guajará Miri; Itancoã; Itancoanzinho; Itapuama; Jabaquara; Jacaréquara; Jamurim; Iha Grande; Maracujá; N. Sra. de Nazaré; N. Sra. de Nazaré I. N. Sra. do Bom Remédio; N. Sra. do Pau Podre; N. Sra. do Perpétuo Socorro; N. Sra. do Perpétuo Socorro I. Olho d'água ou Jupuba; Paraíso; Piratuba; Piriquitaquara; Salvar Mangueira; Sagrado Coração de Jesus Santa Cruz da Tapera; Santa Maria; Santa Quitéria; Santana do Arari; São Benedito; São José; São Sebastião; Sítio Bosque; Tapera; Terra Alta; Tracauateua; Trindade; Vila Maiuatá.	Acará; Belém; Ananindeua; Abaetetuba; Moju; Ponta de Pedras; Anajás; Salvaterra; Soure;
Região Bragantina e Gurupi	50	África ou Macapazinho; Aninga; Alto Bonito; Apeteua; Areais; Bela Aurora; Bela Vista; Biteu; Boa Vista do Itá; Campinense; Camiranga; Conceição do Itá; Cravo; Cuxiú; Itabola; Itamoari; Jibóia; João Grande; Kl47; Lage; Macapazinho; Menino Jesus; Mocambo; Mururé; Muruteuazinho; Narcisa; Nossa Senhora de Fátima; Paca; Pau Amarelo; Pau d'Arco; Pau de Remo; Pemambuco; Peroba; Pimenteira; Pitimandeuá; Retiro; Rua Nova; Santa Rita do Barreiro; Santo Antônio; São Francisco do Itá; São José de Patauteua; São José do Pirá; São Luis; São Pedro de Crateua; Serra do Pirá ou Centro Alegre; Tauari; Travessão; Urubutingal; Vila do Carmo.	Apeú; Bonito; Bujaru; Cachoeira do Pirá; Itangapi; Capitão Poço; Santa Isabel; Castanhal; São Miguel do Guamá; Trairão do Pará; Vizeu
Região Tocantina	76	América; Anapu; Ananim; Anilzinho; Arequembau; Bailique; Bailique Centro; Bailique Estrada; Baixinha; Baleiro; Boa Esperança; Boa Vista; Buabara; Calados; Campelo; Carapajó; Carará; Cardoso; Costeira; Cupu; Curuçambaba; Engenho; Espírito Santo; Flexal; França; Igarapé Preto; Igarapezinho; Itabatinga; Itaperucu; Itaúba; Jaituba; Jarauacá; Joana Peres; Juaba; Jupatí; Laguiño; Mangabeira; Maracanã; Maracu do Carmo; Maracu Espírito Santo; Maracu Santa Maria; Maranhão; Melanciar; Menino Deus; Mola; Mupi-Torão; N. Sra. Aparecida; Pachubal; Pampelônia; Paritá-Mirim; Pindoba; Porto Alegre; Porto do Campo; Porto Grande; Porto Seguro; Poução; Prainha; Rio Branco; Rio Preto; Santa Fé; Santo Antônio; Santíssima Trindade; São Benedito; São Bernardo; Serrinha; Taperoçu; Tatituquara; Teófilo; Tijuquara; Timbó; Tomázia; Umarizal Beira; Umarizal; Umarizal Centro; Valginha; Varginha; Vila do Carmo; Vila Dutre; Vila Vizânia.	Baião; Cameté; Mocajuba; Oeiras do Pará; Bagre;
Médio Amazonas-Santarém e Itaububa	27	Acari; Apé; Apolinário; Araça; Arancuá; Arapemã; Arariquara; Bacabal; Beiradão do Trombetas; Bom Jardim; Cachoeira Cuipeua; Curuá; Estrada de I Beke; Juquiri; Mateus; Mirituba; Moura; Murumuru; Murumurutuba; Mussura; Nhamundá; Piafu; Sagrado Coração; Salgado; São Pedro; Saracura; Tinguu.	Monte Alegre Santarém; Itaububa;
Trombeta e Erepecuru	50	Abuí Grande; Abuí; Abuizinho; Acapu; Acapuzinho; Água Fria; Alenquer; Anilzinho; Araçá/Barra Mansa; Arapucu; Bacabal; Boa Vista-Cuminá; Boqueirão; Campo Alegre-Cuminá; Castanhanduba; Cipotema; Cuecé; Curuá; Erepecuru; Flexal; Modongo; Igarapé-Açu dos Lopes; Jacaré; Jarauacá; Jauari; Lago do Ajudante; Laguiño; Luanda; Mãe-Cué; Muratubinha; Nossa Senhora das Graças; Pacoval; Pancada; Paraná de Baixo; Paraná do Abuí; Pataú do Umizal; Peruara; Rapa Pau; Samaúma; Santa Terezinha; Santo Antônio; São José/Cheiro Verde; São José; Sapucá; Sarauacá; Silêncio do Marã; Tapagem; Tapi; Terra Preta; Varre Vento.	Alenquer; Oriximiná Óbidos;
TOTAL	253		31

Fonte: Pesquisa *Mapeamento de comunidades negras rurais no Estado do Pará*. Convênio NAEA/UFPA/SECTAM/FADESP -1998-2000.

Base de dados inicial, CEDENPA. STRs do Estado do Puá e FATAGRI.

Das negociações internas à definição do tamanho da área, foi necessário ao grupo dar-se o tempo de amadurecimento e de construção de um processo político, de conceitos e de mediações. Um segundo momento exigia ações mais circunscritas, correspondendo ao interesse de uma comunidade ou de um grupo de comunidades territorialmente próximas. Em 1994, depois de prolongadas discussões, foi formalizado o pedido de demarcação, optando-se por apresentar como interessada a comunidade de Boa Vista. Esse processo foi antecipado com a autodemarcação das terras, definindo marcos no território de pertença para consagrar o reconhecimento. Fases posteriores apoiaram tais práticas, já com o domínio técnico de topografia e dos códigos oficiais de instituições de pesquisa, de órgãos da estrutura fundiária, o que escapava, até então, ao seu conhecimento. Entre 1995 e 2000, foram realizadas as titulações das comunidades identificadas no quadro 2. Em comparação com outras unidades da Federação, o Pará possui o maior número de áreas tituladas no país. No ano de 1999, cinco Associações deram entrada em processos de titulação e os expedientes encontram-se em fase de discussão avançada no Instituto de Terras do Pará/ ITERPA, com expectativa de serem as próximas terras a serem demarcadas no Estado. Na área do Tocantins, 35 comunidades interpõem demanda de titulação. São áreas que pertencem aos municípios de Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Bagre. No município do Acará, a comunidade de Itancoã e mais 14 localidades vizinhas, representadas pela Associação dos Moradores do Baixo Acará, entraram com processo no órgão fundiário do Estado.

Quadro 2: Áreas de comunidades de remanescentes tituladas no Estado do Pará (Trombetas, Gurupi e Grande Belém).

Identificação das áreas	Data de titulação	Município	Área - Há	Nº de Famílias	Tipo de título	Natureza do título	Instância do estado
Boa Vista	20/11/95	Oriximiná	1.125,03	112	Reconhecimento do domínio	Coletivo	INCRA
Pacoval	21/11/96	Alenquer	7.472,87	115	Reconhecimento do domínio	Coletivo	INCRA
Água Fria	22/11/96	Oriximiná	557,11	15	Reconhecimento do domínio	Coletivo	INCRA
Itamoari	23/11/97	Cachoeira do Piriá	5.038,70	60	-	Coletivo	ITERPA
Abacatal - Grande Belém	24/11/97	Ananideua	354,00	58	Reconhecimento do domínio	Coletivo	ITERPA
Trombetas	25/11/97	Oriximiná	80.887,09	138	Reconhecimento do domínio	Coletivo	INCRA E ITERPA

Fonte: Pesquisa *Mapeamento de Comunidades Negras Rurais no Estado do Pará* - NAEA/UFPA. Bases de Dados: INCRA - Superintendência Regional do Pará. Divisão de Assentamento e ITERPA. Nota: A área Trombetas inclui as comunidades de Bacatal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá, que receberam o título coletivo correspondendo a uma área comum.

Os procedimentos adotados geraram expectativas e comportamentos que definem as novas configurações de sua organização política. No nível da representação, as comunidades elegeram como estratégia a formação e o registro de Associação de Comunidades, instituição legalmente reconhecida para interpretar e administrar os interesses dos seus membros. Nesse terreno o grupo passa a identificar atores e líderes que discutem, participam e se constituem em agentes ativos na relação grupo e organizações não governamentais, muitas vezes estas agindo duplamente como mediadoras e assessoras. As inter-relações entre o grupo e órgãos públicos, empresas ou particulares, permitem-lhes identificar posições e aprender a dialogar com os poderes constituídos. Com tal experiência, o grupo desenvolve formas de inserção em situações sociais diferenciadas e identifica posições e forças políticas aliadas frente a outros grupos e interesses.

O avanço concreto do processo de demarcação reacende os interesses pela propriedade da terra em toda a região do Trombetas, do Tocantins, da região Bragantina, do Gurupi, do Acará e do Marajó, no Estado do Pará. De outra forma não se explica a posição de prontidão de grupos e indivíduos que, articulados ou não, manifestam aspirações de domínios. Podemos definir várias esferas de conflito. A entrada em ação dos órgãos responsáveis pela política fundiária e com espaços de interferência delimitados coloca o ITERPA, de âmbito estadual, e o INCRA e a Fundação Palmares, da esfera federal, em posições que, por estarem pouco esclarecidas, freiam os processos de demarcação e de titulação. Mas também essas instituições pregam instrumentos de ações diferentes. O INCRA atua na titulação coletiva ou individual das áreas e em tese tem capacidade para proceder ao acompanhamento dos projetos, como o Projeto Quilombola. O ITERPA tem firmado uma linha de ação mais tendente à concessão de uso e, recentemente, títulos coletivos. Em ambos os órgãos, identificam-se critérios e competências diferentes.

A experiência de demarcação no Pará, Maranhão e Amapá retrata três modalidades: 1. Projetos de *demarcação de terras coletivas*, a exemplo de Boa Vista e todas as demais áreas tituladas do Trombetas, na Região de Belém e no Gurupi; 2. Criação de unidades de conservação nas formas de *reservas extrativistas*, experiência única no Maranhão que é a Reserva Extrativista do Frexal, e de *Área de Proteção Ambiental/APA*, caso de Curiaú no Amapá; 3. Projetos de *assentamento individual*. Essa última modalidade apresenta-se mais frequentemente em situações de fragmentação dos objetivos do grupo e nos casos em que as influências de instituições oficiais provocam conflitos de interesses. Alguns grupos despertaram para as situações de titulação mais recentemente com o lastro das formas introduzidas pelos órgãos fundiários na década de setenta, caso de Camiranga. A espacialização desta experiência, georeferenciada pela pesquisa pode ser vista no mapa de comunidades negras rurais a seguir.

2.1. Comunidades negras na região de Belém

As áreas adjacentes a Belém, à região Bragantina e ao Salgado formam um grande cinturão onde se desenvolveram diversas atividades agrícolas, a partir do século XVIII, com a presença de escravos africanos e de seus descendentes. Mas também se observa a presença de grupos negros nessa área adjacente, porém ribeirinha - Tocantins, Moju, Guamá, Acará e suas ilhas - o que revela o quanto esses rios eram povoados, desde a fase colonial, apesar dos discursos sobre o vazio da Amazônia. Esse processo de ocupação precisa ser examinado sob ângulos diferentes daqueles que produziram sua invisibilidade.

No atual município de Ananindeua, localiza-se um *caminho de pedras* construído por escravos que servia para a realização das atividades de um certo Sr. Conde. Assim começa a contar sua história, um grupo que há mais de 200 anos ocupa uma faixa de terra à beira do Igarapé Uriboquinha. *No caminho das pedras de Abacatal*¹⁰ apresenta a experiência social de grupos negros no Pará. Este é um lugar onde se efetivaram as experiências históricas de não menos que sete gerações de famílias, identificadas na memória e que atravessam o tempo e constituem os elos entre os atuais moradores e seus antepassados. O grupo organiza seu pleito de titulação das terras, reivindicando um patrimônio compartilhado por filhos de uma escrava, o que teria dado origem ao lugar. Uma questão que se coloca de imediato é a necessidade de caracterizar a ocupação dessas terras fora da noção rígida de quilombo ou de remanescentes de quilombo.

Abacatal por muito tempo esteve alheia à intervenção do governo provincial, mas certamente foi pressionada pela construção da Estrada de Ferro de Bragança, a expansão da cidade de Belém e a mercantilização das terras. Hoje, fazendo a leitura de Abacatal, precisamos admitir que constitui um espaço, a duras penas preservado, como lugar de trabalho e de residência de um grupo majoritariamente negro dedicado a atividades agroextrativas. Apesar da existência centenária, esse grupo é acintosamente desconhecido e por esse motivo deixou de receber o reconhecimento e a delimitação legal no conjunto do espaço rural-urbano de Belém. Na atualidade, a existência de Abacatal está relacionada com a expansão urbana, que cada vez mais configura situações de tensão e múltiplas ameaças. É importante frisar que não se trata de um bairro, da área suburbana de Ananindeua, formando parte da Região Metropolitana de Belém, ou situações outras que caracterizam o espaço desse município - as invasões e os conjuntos habitacionais. Até o presente Abacatal mostra uma fisionomia própria.

¹⁰ Ver Acevedo Marin, R. e Castro, Edna (2000) *No caminho das pedras de Abacatal*. Belém. Ed. NAEA/UFPA (no prelo).

Em 1997, após concluído o Relatório da pesquisa, as 58 famílias articularam um movimento de organização política para reivindicar a demarcação e titulação de suas terras, recebendo finalmente o título a 13 de maio do ano seguinte. Foi o passo inicial para identificar novos projetos econômicos que tirassem os moradores da dependência da produção de carvão e do extrativismo de pedras. Enfrentam na atualidade com segurança as imposições de políticas públicas. O governo do Estado do Pará decretou a criação de uma Área de Proteção Ambiental/APA de Belém, na qual pretende inaugurar um grande complexo turístico com perfil de exploração ecológica. Essa proposta restringiu a área, impondo limites ao usufruto do grupo.

2.2. Campesinato e Terras de preto na Bragantina

No final do século passado os processos de colonização da região Bragantina, no nordeste do Pará, trouxeram novo dinamismo, provocando um rearranjo de colonos, sitiantes e ex-escravos no território. Os acontecimentos que despertaram nas autoridades do Pará e Maranhão o receio de que surgissem articulações entre os escravos participantes da Cabanagem, no Pará e, de que estes chegassem até Santa Helena, no Maranhão, onde o movimento da Balaiada ganhava espaço, foram reatualizados nas relações de quilombolas e revolucionários para além de fronteiras administrativas. Voltavam também à tona as vivências de festas de santos, nos elementos que estavam na fala cruzada sobre os rituais da festa de Bragança e de Bela Aurora.

A colonização ocorre simultaneamente à expansão acelerada da economia extrativa apoiada na exploração da borracha. O nordeste paraense é aberto para a Estrada de Ferro Belém-Bragança recebendo os núcleos de colonização onde espanhóis e franceses foram introduzidos para dedicar-se à agricultura comercial. Benevides era o núcleo de colonização mais perto da capital, e nele o Governador da Província Sá e Benevides oficializou a abolição da escravidão, em 1884. As colônias de Benevides e o núcleo Pernambuco, ganharam notoriedade nos programas de colonização desse final de século e na sombra dessa colonização persistem o modo de vida, a agricultura e as atividades extrativas organizadas nos quilombos, nas denominadas terras de preto e terras de santo. Abacatal é exemplo desta trajetória de ocupação de terras de preto. Mas encontra-se ainda em suas cercanias, algumas dúzias de localidades identificadas nas narrativas, com uma idêntica origem, como Pitimandeuá, África, Macapazinho, Mocambo, Bahia do Sol, Olho d'Água, Sítio Bosque, Itancoã Miri, Piratuba, Vila Maiuatá, Terra Alta, Nossa Senhora do Pau Podre, para citar algumas das mais próximas de Belém. Parte delas tiveram vínculo com o

surgimento de fazendas e sítios delimitados no primeiro círculo de terras destinadas à agricultura de cana-de-açúcar, algodão, mandioca, tabaco, arroz ou algumas unidades de fabricação de aguardente de cana e de açúcar, todos eles tendo referência nas vilas e freguesias fundadas nesse período.

Os grupos negros permaneceram na terra sob formas de domínio diferentes. Alguns deles rememoram a antiga ocupação narrando recebimento dessa herança, e outros ocuparam antigas fazendas, permanecendo nelas como agregados. Outros, ocuparam fazendas abandonadas ou conquistaram as terras via organização de quilombos. Os traços de diferenciação desse mosaico de situações são, assim, pouco precisos, mas espelham o cerceamento de liberdade, confundindo-se nas narrativas. Existindo desde o período colonial, esses lugares de enraizamento agrícola tiveram evolução particular até o presente.

Na medida que se prossegue no deslocamento pelos municípios que compõem as regiões Bragantina e do Salgado, constata-se a presença de comunidades negras em situação de vida rural, conformadas na pequena produção familiar, cuja base é a produção de mandioca. A área mais densamente povoada do Pará é justamente a que acompanhou de perto a evolução econômica da Grande Belém, devido sua proximidade. Sob situações diversas na ocupação da terra encontram-se as comunidades de Peroba, Serena e Urubutingal, no município de Augusto Correa; Macapazinho, Mocambo, Boa Vista de Itá e São Francisco de Itá, no município de Santa Izabel; Pitimandeuá, Itabola e Pernambuco no município de Inhangapi; e Santo Antônio, Tauari (Maracaxeta), São José e Retiro, no município de Irituia. O quadro geral dessas comunidades é de submersão aos processos políticos que mantiveram as estruturas de mando na região, freando sua adesão às mobilizações recentes de comunidades negras informadas sobre o direito à terra e definição dentro de novos parâmetros políticos. A lentidão de mobilizações se deve à dispersão dentro de um movimento camponês não-étnico, tradicional e sem referência à especificidade das raízes históricas e sociais.

Surge assim como ponto importante à relação da construção do território, a idéia de mobilização política, com a produção da memória. Parte-se de uma perspectiva que vê essa construção como invenção do grupo. Nessa identificação, constantemente requisitada, vemos surgir um elemento mobilizador das comunidades negras que é a ancestralidade. Esta significa e uma dimensão social e cultural decifrada em um determinado momento, sem levar em conta sua evolução no tempo. Assim, na noção de quilombos há, sempre uma imagem do passado, da origem, havendo também a questão de elementos substantivos para retomar essa identificação.

De forma marcante, a evolução dessas comunidades revela as situações do campesinato regional mais afetado pelo processo de cercamento de terras, vendo lentamente reduzirem-se suas áreas agriculturáveis pela entrada de grupos de fazendeiros e empresas agroindustriais. Nessas comunidades é freqüente o fracionamento da terra, muitas vezes permanecendo pequenas faixas reservadas como terras de santo, o que contribui para manter a unidade do grupo. Também revigoram as tradições familiares, religiosas, de trabalho o que funciona como elemento de agregação e respondem pela atualidade desses grupos como comunidade negra rural. A migração da geração mais nova para os núcleos urbanos dificulta a elaboração de projetos societários enquanto as políticas de crédito e fundiária restringem a expansão da agricultura familiar. Narcisa, no município de Capitão Poço e Pitimandeuá, no de Castanhal, são povoados que experimentaram um cercamento violento e tem reagido ativamente pela conquista da terra, representando os grupos mais organizados politicamente nessa fortalecendo essa identidade étnica.

2.3. Região de Gurupi enquanto fronteira étnica

Rio de ouro ou limite da região aurífera. A primeira denominação refere-se ao leito do rio Gurupi, que separa os Estados do Pará e Maranhão, enquanto a segunda é atribuída a uma ampla área dominada pelo rio, extraordinariamente rica em terrenos auríferos. O cosmógrafo português João Teixeira assinalou a foz do Gurupy em 1640, mas o primeiro levantamento data de 1813, feito por Seraphim José Lopes, que organizou a '*Carta Geral das Capitânicas do Grão Para e Maranhão*'. Todavia, quando Hurley (1932) sublinha a contribuição dos estudiosos dedicados à geografia do Estado, indica o erro recorrente de localização do rio, de afluentes, da forma *bi-parte* e ainda de confusão em relação ao rio Piriá. O historiador realiza, então, a nova leitura da nascente do rio Gurupi e seus afluentes da margem esquerda, indicando a navegabilidade dos cursos de água que são seus tributários e o acesso ao sistema de cachoeiras. Além desse inventário da rede aquática, apontou os mananciais de *seringaes e copahybais virgens*.

O desenho da fronteira étnica do Gurupi está dado por descrições que operaram cortes guiados por padrões de conhecimento das relações sociais, tal como Hurley (1932) percebeu ou intuiu. Identificou ele vários trechos e povoados que se correspondem à visão de outros viajantes, de estudiosos da região do Gurupi, delimitando o Alto Gurupi, domínio dos índios Urubus, a parte central conformada pelas serras, igarapés e lagos, povoada por negros fugitivos que se

encontram com a frente dos mineradores, exploradores de seringa e copaíba, e na desembocadura, pequenos povoados e a cidade de Viseu. Nessa narrativa do início do século, o autor incorpora uma descrição dos conflitos do Gurupi maranhense, interpretando a força dos índios Urubus em toda a região. Os Timbiras e Urubus recebem destaque, em especial os segundos, pelos rituais e festas de guerra e festas do mel que se encontram na tradição oral.

O eixo das movimentações nesse espaço situa-se na exploração de ouro, que carrega, atrás de cada filão, uma massa de homens escravizados na extração por estarem atados a relações posto que cada grama encontrado escapa de suas mãos. No entremeio dessa disputa intestina, encontram-se as “entradas” dos franceses e o revidar dos portugueses para conquistar o território assegurado pelo Tratado de Tordesilhas. Uma vez ou outra os índios foram as vítimas desses choques.

A região de Gurupi como fronteira étnica e as situações históricas de sua formação constituem uma chave de leitura para entender o presente e destacar a presença do índio e do negro, bem como as relações de ambas categorias com o *branco*, o ator político dominante nessa cena, seja como missionário, morador, comerciante, seja investido da autoridade de capitão-mor. O processo de contato pode significar para cada grupo uma firme convicção de identidade, seu reconhecimento enquanto comunidades distintas e a capacidade de estabelecerem fronteiras mantidas em diferentes setores do território. Trata-se, na região de Gurupi, de uma fronteira étnica?

As localidades, objeto do mapeamento realizado, agrupadas na região de Gurupi, pertencem a dois municípios: Viseu e Cachoeira do Piriá. Em Viseu: Pau de Remo, Serra do Piriá, São José do Piriá, Biteu e João Grande. Bela Aurora, Camiranga, Itamoari e Bela Vista pertencem a Cachoeira do Piriá. Desse conjunto foram estudadas: Serra do Piriá, São José do Piriá, Bela Vista, Bela Aurora e Camiranga.

Mas o presente da experiência pessoal está gravado na lembrança da figura de Quintino¹¹, enterrado em São José de Piquiá. Esses fragmentos de

¹¹ Quintino da Silva Lira nasceu no município de Augusto Correia, em 1947, e morreu em Viseu (no povoado de Vila Nova) no dia 4/1/1985. A sua experiência como trabalhador assalariado temporário nas fazendas e como posseiro levou-o a mudanças sucessivas no nordeste paraense. Foi expulso da posse em que produzia no município de Primavera. Em 1981, instalado num lote na localidade de Broca, foi novamente expulso pelo fazendeiro apelidado de “Paraná”. Procurou pela via da justiça a reintegração de posse. Fracassando nessa tentativa legal, reagiu contra os pistoleiros que ameaçavam e agrediam os posseiros. Em 1983, ficou fora da lei e começou a agir junto ao movimento dos colonos da Gleba Cidapar. Loureiro traça de Quintino o perfil de um bandido social, no sentido atribuído por E. Hobsbawm. Quintino morreu num ataque realizado pela Polícia Militar do Estado. (Loureiro, 1997 p. 233-361).

memória coletiva ora emergiam, ora escapavam. Nos discursos figuram índios e negros, garimpeiros, comerciantes, militares, religiosos, “bandidos sociais”, militares, jagunços, empresas e Estado. Todavia, o processo mais forte foi aquele em que ocorriam os cruzamentos do presente e do passado. Em todo momento apresentavam-se os *agoras* de uma viagem de campo à região de Gurupi. Portanto, surge primeiro o que é construído através de leituras, informações, lembranças que se juntam aos diversos “discursos da viagem”. Todos eles, aparentemente desconexos e ao mesmo tempo formando elos fortes. Vários desses discursos constroem tanto a disputa pela terra como a resistência à escravidão.

Os povoados Serra do Piriá e São José de Piriá, ambos mencionados como formados por “remanescentes de quilombos”, estavam fora da indicação preliminar do *Mapeamento de Comunidades*. Entre ambos os povoados é possível traçar diversos pontos numa comparação preliminar. Em vários momentos solicitamos informação sobre a Serra do Piriá, conhecida também como Centro Alegre, que se desenha na forma de uma espinha de peixe que une o encosto da serra a uma pequena depressão. Sem que os entrevistados tenham precisado o tempo de existência, várias narrativas traçam migrações de ilhas e lugares próximos, como Caratiteua. Os moradores costumam a se ver como *remanescentes* e dizem que ali ‘*não há morenos*’. Hesitam em situar qualquer problema de terra. Já São José de Piriá, às margens do rio homônimo, destaca-se por um traçado quadrangular. Originalmente, esse traçado foi institucionalizado num documento de arquivo que indicava ruas e travessas. Não é estranho esse modelo planejado quando se sabe que a localidade foi distrito do município de Viseu. Os narradores de São José de Piriá identificam com menos titubeio sua origem e suas raízes negras. Desde o início da década de 30, São José de Piriá tem um Cartório de Primeiro Ofício. O lugar ganhou uma grande igreja, à altura de um distrito que podia progredir. Hoje encerra um personagem mítico do moderno Pará, pois foi o lugar onde nasceu Quintino. Nesse setor, encontram-se as localidades mais distantes de Alto Bonito e Boa Vista de Gurupi, apontadas nos dados preliminares do mencionado *Mapeamento*. Os documentos do Cartório de D. Osmarina, em São José de Piriá, iluminam outras possibilidades. Nesses documentos encontram-se rasuras. Num deles superpõe-se a identidade de *moreno* à de *caboclo*.

O desenho da fronteira étnica do Gurupi está sendo elaborado. Este é um processo lento em relação a um tempo acelerado de destruição de tribos indígenas.

Há estudos e dissertações realizados sobre os Tembés¹², Tymbiras, Guajás, Amanagés e, em especial, os Urubus-Kaapor. Sobre os grupos negros pouco foi escrito e da mesma forma sobre os ‘chineses’, introduzidos por volta de 1840 pela Companhia de Mineração do Maranhão. Eles vieram para extrair o ouro e logo depois se dedicaram à lavoura e à construção de estradas. Todavia, estes ficam excluídos do repertório de formação dessa fronteira. Os negros fugitivos que atravessaram o Gurupi e se localizaram nas ilhas e margens do rio experimentaram também a invisibilidade expropriadora. Os entrevistados de Bela Aurora comentaram que, depois da escravidão, havia um *rei do rio*. Ribeiro fala da chegada do francês Guilherme Linde: “era o rei do rio, apossara-se das terras e das minas e dos negros, subjuguara-os como cativos”, recapitulando neste ponto a dominação e discriminação operada pelo branco, *sinônimo de patrão e de homem rico*.

A violência na Gleba Cidapar já foi objeto de trabalhos mostrando como se desenvolveram a grilagem e as situações trabalhistas irregulares que a particularizam. A ocorrência indicada no trabalho de campo encaixa nesse quadro. Loureiro realiza o estudo da Gleba Cidapar descrevendo as manifestações e ações de um conflito que se desenrolou durante 20 anos e foi *o mais violento dos inúmeros conflitos de terra que existiram ou que estão em curso na região*. A Cidapar atraiu um conjunto de empresas estimuladas pelas políticas de créditos e isenções. Em 1980, o controle do Grupo Cidapar é assumido por Joaquim Oliveira, proprietário de oito empresas. Estas iniciam uma verdadeira guerra contra os colonos, o campesinato antigo e os garimpeiros. O conflito desencadeado passou a ser genericamente relacionado com a Cidapar e nele envolveram-se o ITERPA, as autoridades do Estado e a Política Militar. “Quintino foi um dos colonos que se levantou contra os desmandos das empresas, dos pistoleiros e do próprio Estado. Ele se transforma de *redresseur de torts* em um justiceiro (Loureiro¹³, 1997). Um dos êxitos desse movimento foi a criação do Projeto de Assentamento da Gleba Cidapar, em 1993. Entretanto, todos os conflitos e situações fundiárias não foram resolvidos e as questões das *terras de preto* continuaram pendentes.

Ribeiro (1996) conheceu Camiranga em 1949 e encontra as sombras do seu passado de garimpagem. Hurley, em 1920, tinha contado “mais de sessenta

¹² Um mapeamento desses trabalhos inclui Wagley, Chatles e Galvão, Eduardo (1961), Alonso, Sara (1996) e Sales, Noêmia P. (1990; 1994).

¹³ Loureiro realizou um importante estudo sobre os desdobramentos políticos da ocupação da denominada Gleba Cidapar (Loureiro, 1997).

casas” e afirmava sobre a composição do lugar: *A força da população é de origem africana e os mais velhos vieram do Maranhão, onde nasceram, fugidos ao chicote do senhor, acossados pelo jogo imoral da escravidão* (Hurley, 1932). Vários documentos confirmam a presença de escravos fugidos na região de Gurupi e as diligências feitas para coibir as fugas e destruir os quilombos formados na margem paraense. Os fugitivos que encontraram um lugar estável em Camiranga se transformaram no final do século XIX em “mocambeiros faiscadores de ouro” e viveram sob a tensão das perseguições dos índios e dos aventureiros que os exploraram. Dessa forma, na memória dos mais velhos, estão as relações com os índios Urubus e Tembés. Com os Tembés mantiveram relações de casamento. Do passado do ouro têm fortes lembranças e conhecem as personagens, os *homens de ouro, como o Sr. Amancio Cardoso*, este é um fragmento da história do século passado. Desses primeiros moradores herdaram a ascendência familiar. Os herdeiros dos Cardoso, dos Mendes estão na origem de um povoado do ouro, e chegam a indicar os lugares onde se fundia o metal e onde ainda existem os apetrechos.

O povoado Camiranga, que já recebeu a denominação de “colônia”, possui na atualidade uns 85 domicílios familiares e uma população de 370 pessoas. Novas pendências em relação à terra estão sendo submetidas ao ITERPA. Este órgão na década de 70 demarcou lotes para 9 famílias. Isso significa que muitas outras ficaram de fora. O povoado cresceu, e os moradores guardam expectativas de uma nova distribuição da terra, com mais motivo devido ao aumento das famílias, várias delas “maranhenses” e “cearenses”. A redução das áreas de roça obriga os mais jovens a sair em busca de emprego fora de Camiranga, situado no novo município de Cachoeira do Piriá.

Itamoary teve as terras demarcadas e tituladas em 1998, abrangendo 5.037,7 ha, fato político que mobiliza Camiranga e Bela Aurora a rever o modelo de titulação. Ambas estão confrontadas com um sistema de apropriação da terra e de usufruto dos recursos que se revelou desarticulador das estruturas sociais e culturais originadas da formação de povoados em terras de preto.

2.4. Terra e Descendência de Grupos Negros no Tocantins

Salles (1988) critica em *O Negro no Pará* a visão de certa historiografia dominante que considera os grupos africanos na Amazônia numericamente desprezíveis, relegados a um lugar inexpressivo entre os grupos que povoaram essa região. Contrariamente, o autor enfatiza a integração do negro na produção mercantil e destaca o papel que desempenhou em diversas fases ou ciclos

econômicos agro-extrativos, a partir do século XVIII sobretudo, quando despontava a empresa agrária. Lentamente o vale do Tocantins vai sendo povoado por novos grupos que vem somar-se à ocupação milenar de grupos indígenas de diversas etnias. Vergolino & Figueiredo em 1992 escrevem A presença africana na Amazônia Colonial (1733-1807), e a partir da correspondência do Governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão com a Metrópole, contabilizam a entrada de escravos de origem africana na Amazônia. No período compreendido entre 1755 e 1778, navios da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, teriam desembarcado 53.072 escravos, trazidos de Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Quênia, Tanzânia e Moçambique. Sua direção estava definida para os engenhos de cana, plantios de arroz e cacau, as fortificações militares, as olarias, áreas de mineração e fazendas de pecuária. Diversificação da economia que visibiliza sua ampla inserção no mundo produtivo.

Conflitos e rebeldias estouravam à revelia do controle e da dominação da sociedade escravocrata, ou ainda as fugas silenciosas aproveitando-se de um conhecimento que se tecia sobre os recursos da mata e dos cursos d'água. Motivo das inúmeras missões de captura que atravessam toda a Província, para freiar a resistência à escravidão, a fuga e a constituição dos quilombos - campo minado de tensões e conflitos que encontrariam expressão maior com a explosão do movimento da Cabanagem -, desde os primórdios do século XVIII, como fazem prova os registros cartoriais e a correspondência colonial. De Belém, subindo o rio com seus afluentes principais, o Acará, o Mojú e o Capim, e outros dessa extensa rede hidrográfica conformadora da região e ilhas do delta do estuário amazônico, concentrava-se a mais expressiva presença da colonização, ao lado da costa nordeste da Província. Com seus pontos fortificados por milícias, o território era vigiado seja para identificar colonizadores de outras bandeiras, seja movimentos de fuga de escravos e surgimento de novos lugares de preto, refúgios ou mocambos.

Os movimentos de ocupação e de comercialização encontraram-se no delta do rio Amazonas, onde era desenvolvida uma agricultura, em especial de cana-de-açúcar, plantada nas várzeas. Os traços dos engenhos fincados nas suas ruínas nos chegam até hoje, A coleta de drogas do sertão organizava os aldeamentos indígenas e no mesmo delta do Amazonas, a cana-de-açúcar alimentava os engenhos e engenhocas que se instalavam para produção de açúcar, aguardente e outros derivados como a rapadura e uma sorte de doces e rabuçados. Fundada em 1635, a vila de Cameté constituiu ponto estratégico para controle deste território, próximo da embocadura do Amazonas e com potencialidades florestais, rica em espécies de cravo, canela, salsaparilha e cacau

nativo. Com espaço político demarcado, tem papel ativo na história da colonização portuguesa na Amazônia. A importância na economia regional deve-se ainda à indústria de pesca aperfeiçoando práticas de conservação, através de processos de salga e de secagem - peixe salgado e seco -, e posteriormente com a coleta e comercialização da castanha-do-pará.

Em 1694 forma-se, acima de Cametá, um povoado com o nome de Baião e que iria ser um lugar também de produção de drogas do sertão e de cacau. Este torna-se o produto mais importante em todo o Tocantins e subindo o Amazonas até o vale do Tapajós. Baião provavelmente vem de um antigo aldeamento, tornando-se em um Lugar de Índio que, como os demais no vale do Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do Diretório do Índios em 1758. Figura como Freguesia nas estatísticas referentes aos anos do ministério pombalino com dados sobre presença de Oficiais e de índios - 1775 a 1777 - embora com participação deste muito reduzida¹⁴. Depois de Belém, Cametá ocupa o 2º lugar no contingente de escravos. Depois vinha, em 1848, as cidades de Igarapé-Mirim e Turiaçu, localidades todas essas estruturadas a partir de uma economia agroextrativa.

A historiografia regional tem recorrido aos relatórios de viajantes, de autoridades provinciais, correspondências oficiais e de outras fontes que tem permitido reinterpretar a história da ocupação dessa região. Cidades como Cametá, Mocajuba, Tucuruí e Marabá e posteriormente Baião, são exemplos de dinamismo da economia agro-extrativa e nas estatísticas de população, com expressivo contingente de negros trabalhando nas propriedades rurais.

A presença negra ainda hoje no vale do Tocantins é inquestionável. Subindo o rio palmilha-se um mundo marcado por comunidades negras, de Cametá a Baião, começando no rio Cupijó, Curaçambaba, Porto do Campo, Anuerá, Laguinho, e mais para cima na confluência com a cidade de Baião, os povoados negros perfilam-se, de Vizânia, São Benedito e Baixinha, à Bailique Beira, Bailique Centro, Papelone e Umarizal, entre outros. Trazem nas narrativas as linhas da história da ocupação e da reafirmação no tempo, dos traços de uma identidade que permanece através dos grupos, e de sua organização econômica e política, muitas vezes bastante fragmentada. A abertura da estrada. Transcametá, na década de 80, atravessou as terras reclamadas, os levando a rearmar novas estratégias de territorialidade, reafirmadas nos Encontros Anuais de Anilzinho. As lembranças dos velhos demarcam territórios de uso, apontando áreas de trabalho, de caça, de pesca e de coleta de castanha, e servem para rever práticas antigas de

¹⁴ Ver estatísticas de população - Códice - In Ângelo-Menezes pp, 46.

identificação de lugares de posses, de usos comuns, de festas e de herança social. As festas tem sido rememorizadas em um exercício de formação política, a exemplo dos rituais e festas de reverência a São Benedito, ou ainda nas práticas de trabalho agrícola associadas ao lúdico, com os ritmos fortes marcados pelo batuque, lundum e samba de cacete.

Nos anos 80 a situação de conflito e tensão sobre a posse da terra está na base dos Encontros de Anilzinho, dando origem a uma série de consignes e regulações norteadoras da ação política e ética do grupo, reafirmando a permanência na terra. Constróem uma história social cujas mudanças irromperam sob a forma de luta pela permanência na terra. Os velhos relembram, “até antes do final dos anos 70, não tinha tantos conflitos”. A expansão da fronteira econômica, com a construção da hidrelétrica de Tucuruí e sobretudo com a abertura da estrada Transcametá, traz novos atores e interesses que se deslocam, subindo o rio e empurrando os grupos ribeirinhos ali localizados, mais para as margens do rio Tocantins e afluentes, potencializando conflitos pela delimitação das terras, intra e inter familiares.

Desses encontros à atualidade dos grupos negros do Tocantins, passando por vários processos de demanda de demarcação e titulação de suas terra, interpostos junto ao órgão estadual de regulação fundiária - ITERPA -, somam-se fracassos, desistências de muitos e vendas de várias pequenas posses familiares com migração das famílias para áreas urbanas. Mas a persistência e reorganização política avança no sentido a refazer os pleitos, porém através de terra de remanescentes de quilombos, com domínio coletivo. Na atualidade, a questão é conseguir legalizar a área que abrange um território unificado e de interesse de famílias pertencentes às comunidades, de alto a baixo do rio. Movimento portanto inverso, na contramão da fragmentação e redução da terra, empreendido pelas comunidades negras na atualidade, auto-identificadas como remanescentes de quilombos, reivindicando títulos na categoria de terra de domínio coletivo¹⁵.

¹⁵ As comunidades que hoje lá se encontram, seja subindo o rio ou percorrendo a Estrada Transcametá, em direção à Tucuruí, somam 35, e denominadas: Bailique Centro, Teófilo, Umarizal Centro, Umarizal Beira, Baixinha, Arequembauá, Parita Mirim, Joana Peres, Igarapé Preto, Cupú, Igarapé Zinho, Valginha, Bailique, Bailique Beira, Carará, Poução, Nova América, França, Porto Grande, Marigabeir, Uxizá, Rio Branco, Rio Preto, Melanciar, Costeira, Menino Deus, Malambia, Tatituquara, Balieiro, Boa Vista, Campelo, Papelone e Itaperucu.

Estudos elaborados pela equipe da pesquisa, de caráter etno-histórico, e com uma cartografia espacializando a ocupação, calçaram o pleito de titulação das terras. No decorrer de 1999, a discussão fundamental entre as comunidades era definir o conceito de terra de domínio coletivo e as conseqüências advindas de tal escolha, comparativamente ao título individual, cujo conhecimento era de domínio público. O movimento seguiu os passos de concepção de marcos institucionais, fundando três associações que recobrem os pleitos de 21 comunidades, organizadas enquanto representação política, que são: 1. No município de Baião, e com sede na Comunidade de Umarizal, a Associação de Comunidades de Remanescentes de Quilombos de Umarizal Centro, Umarizal Beira, Boa Vista, Paritá-Miri e Balieiro - ACORQBU; 2. No município de Oeiras do Pará, porém com sede jurídica no de Baião, a Associação de Comunidades de Remanescentes de Quilombos de Bailique Centro, Bailique Beira, São Bernardo e Poção - ARQIB; 3. Na mesma situação de vinculação municipal, com sede em Igarapé Preto, a Associação de Comunidades de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto, Pampelônia, Itaperucu, Araquembau, Baixinha, França, Cupu, Campelo, Igarapezinho, Teófilo, Calados, Carará, Porto de Oeiras e Tatituquara - ARQBI. A reivindicação é de título de propriedade coletiva, regido pelos critérios associativos, cuja demarcação procedida pelo ITERPA, assegura a entrega dos títulos que recobrem 101.000há, para o final do ano 2000.

Muitas questões permanecem para alimentar as pesquisa de historiografia regional. Qual teria sido sua origem, de fugas ou permanência nas terras dos proprietários com relativa autonomia, dentro desse vasto mundo onde se davam as relações entre grupos negros na Província do Grão-Pará e Maranhão? Como interpretar suas relações com outros grupos de negros do Vale do Tocantins, formado tanto pelos escravos que permaneciam nos domínios dos senhores quanto pelos mocambos? A história é ao mesmo tempo do acontecimento e de sua narração feita pelas novas gerações. A história permite ser contada através de narrativas diversas. Essa pluralidade de passados recompostos⁷ pela atividade dos historiadores, não implica em deixar à margem algo que é essencial, mas ao contrário toma a história integrada à dinâmica social e à relação passado/presente. A história, seja ela uma escrita, é sempre na sua forma intrínseca uma narrativa, e as narrativas são olhares profundos que interpelam de hoje a vida social do passado.

¹⁶ FALCON, Francisco J.C. - Passados Recompostos. Cantos e Canteiros da História. (Apresentação). BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique, Ed. UFRJ/Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1999.

2.5. O Vale do Acará e os conflitos em terras de preto

No século XVIII o mundo rural do vale do Acará definia-se dentro do primeiro círculo de agricultura formado a partir de Belém, descrito em termos de uma certa opulência por João Daniel. A descrição do rio Moju projeta-se como cenário também dos rios Acará, Capim, Guamá e ainda o Tocantins. Por longo tempo, essa paisagem de sítios e quintas dominou um componente urbano, e a freguesia se destacaria pelo número de escravos. A exploração das madeiras de lei das florestas banhadas pelo rio Acará foi a primeira atividade organizada pelos administradores coloniais. As Fábricas Reais de Madeira foram fundadas no último quartel do século XVIII e abasteciam o Arsenal de Belém, e parte importante do produto era exportado (Rocque, 1967). Esses empreendimentos arregimentavam trabalhadores indígenas empregados no corte e retirada das toras da floresta. O reservatório dessa força de trabalho encontrava-se nos lugares de índios, e as autoridades realizavam trocas de mão-de-obra por serviços de arraste de madeira para abastecer as fábricas. Angelo Menezes (1998) registra, a partir de um documento de 1798, um exemplo de troca realizada por Joaquim Vicente, morador do Acará.

No ano de 1787, são tomadas duas providências no Estado do Grão-Pará. A primeira partiu da Câmara Municipal e solicitava ao governador o estabelecimento em uma das Ilhas da Bahia de Santo Antônio de um “lazareto” onde as embarcações que conduzissem escravos africanos para os portos do Pará seriam obrigadas a fazer quarentena¹⁷. A outra é uma representação dos “habitantes sobre a força e número dos mocambos em torno da Cidade: e pede força armada para os desbaratar” (Baena, 1969: 217). Essa representação é importante por indicar o lugar dos mocambos e assinalar as rotas que foram abertas em torno de Belém. A informação pode ser transposta a um mapa desse setor do Pará da época, e o mais importante é poder relacionar com os povoados em estudo, no presente. A primeira rota corresponde às fugas que, partindo da freguesia da Campina, permitiam adentrar o “Utinga” e atravessar o rio Guamá para ganhar o rio Guamá, Acará e Moju¹⁸. Resulta extremamente complexo dar conta das fugas e da formação de quilombos, e de certa maneira os dados, no máximo, permitem deduzir as conjunturas de sua formação, as indicações de espaço, pois a certeza de sua localização é tão pequena quanto a de suas dimensões e deslocamentos.

¹⁷ Ocorrência foi em 1987, quando pistoleiros chacinaram dois lavradores e um menor de 3 anos (Pará Agrário, 1987, p. 36).

¹⁸ Esse projeto foi divulgado pelo-governo do Estado em matéria publicada no jornal já mencionado.

Os *Mocambos* do Acará compartilham de questões comuns ao que é mencionado por Baena somente em 1787: tiveram sua origem nas fugas das fazendas, olarias e sítios das freguesias urbanas e rurais de Belém. A frequência de sua organização e o tamanho correspondem à importância dos plantéis. Aqui relembramos o peso dos escravos nesse conjunto de freguesias. A proximidade pode ter tornado esses *mocambos* mais atingidos pelas expedições em determinadas conjunturas políticas ou mais integrados à economia da capital, o que favoreceu a sua permanência. Essas hipóteses fazem com que o historiador insista em encontrar materiais que ajudem a construir a trajetória de um quilombo e, dessa maneira responder, minimamente, a suas especulações. Mocambos ou quilombos não eram formados apenas por escravos negros fugidos, mas reuniam negros e índios, e todos eram seduzidos e compartilhavam idéias de liberdade. Em torno de Belém existia uma faixa de quilombos e vários deles, muito cedo, aparecem nos rios Acará, Moju, Capim e Guamá. Os motivos para organizar esses quilombos eram diversos, por exemplo, o interesse por ampliar as possibilidades de trocas mercantis, a rebeldia individual em reação a castigos, ressentimentos, insatisfações. Fuga e modalidades de inserção nos quilombos não se encaixam num único momento e modelo. Alguns escravos fugiam e eventualmente podiam estabelecer um jogo de negociação com os seus senhores.

O município do Acará está compreendido na zona fisiográfica guajarina. As terras recortadas para formar os mais antigos (Tomé-Açu na década de 50) e os novos municípios (como Tailândia e Concórdia) têm diminuído de tamanho, atualmente contam com uma área de 4.289.58 km². De forma especial, até o início desta década, não se registrou uma intervenção sistemática do poder público ou de empresa capaz de alterar a organização social e a estrutura interna dos povoados, tal como eram nos fins dos anos 60, quando começa a se desfazer o sistema de arrendamento de terra e de pagamento de renda. Diversas intervenções, via construção de estradas, política de incentivos fiscais e negociação de terra, com grande intensidade estiveram mais orientadas para o município em geral. No fim da década de 70, a construção da PA-150 pressionou parte das terras localizadas na zona Guajarina; os municípios de Moju e Acará receberam um ramal do traçado dessa estrada, que buscou facilitar o transporte do material pesado utilizado na construção da hidrelétrica de Tucuruí. Segue-se à abertura dessa estrada um processo de ocupação e de especulação sobre as terras. Nos anos 80, as questões da terra dependiam do Projeto Fundiário de Paragominas. Com a criação do INCRA, o Acará passou a estar na dependência administrativa da Unidade Avançada de Tomé-Açu. As terras do vale do Acará entraram na

disputa que envolveu de um lado, grupos de fazendeiros e empresas, e, de outro, segmentos do campesinato tradicional.

As revoltas camponesas do presente são o reflexo de uma dinâmica social cujas relações políticas inviabilizaram, sob diversas formas, a permanência do camponês na terra e o avanço de suas estruturas de organização social e cultural. Pequenas propriedades dominam na estrutura fundiária municipal. A Sinopse do Censo Agropecuário de 1970 indica que estas participavam com 48,7% do total de propriedades e com apenas 3,2% da área total considerada (284.126 ha). As médias representavam 47,2% do número total de propriedades, explorando 19,6% da área. As excepcionalmente grandes exploram 40,1% da área, o que corresponde somente a 0,1% do número total de propriedades (Pará, 1980: 11).

Que dados da estrutura fundiária do município são relevantes e que implicações têm para o estudo das terras reivindicadas por comunidades negras rurais? A concentração da terra em grandes áreas acentua-se, e, de outro lado, a pequena propriedade encontra dificuldades para se ampliar ou manter seus números. A expansão da categoria de proprietários foi feita em detrimento dos ocupantes. O número de ocupantes diminuiu de 42% em 1980 para 16% em 1996. Acresce-se a isso redução aproximadamente pela metade da área explorada por ocupantes. Dentro desse movimento dificulta-se a continuidade da economia camponesa tradicional, cujos pleitos de titulação esbarram nos limites jurídicos do sistema de propriedade consolidado.

O Acará, rio de águas mansas e de fácil navegação em seus canais, foi um dos fatores favoráveis à ocupação rápida já nos primeiros anos da colonização portuguesa. “Não demorou muito após a chegada de Caldeira Castelo Branco a Belém, para que seus aventureiros explorassem suas margens, ricas em terras férteis e madeiras de Lei” (Roque, 1967: 49). Idêntica razão para sua ocupação rápida é assinalada por Manuel Dias Nunes: em suas margens se encontravam madeiras reais em abundância, além de possuir bons terrenos para a lavoura, o que incentivou a elevação da antiga aldeia à condição de vila, em 1758, recebendo o nome de São José do rio Acará (Dias, 1970).

A zona guajarina destacou-se em 1986 pelo número de conflitos, ocupando o segundo lugar, depois da microrregião Araguaia Paraense e ainda, à semelhança de Marabá, Tapajós apresentou os conflitos mais dramáticos, com saldo de homicídios e assassinatos. Em áreas das localidades de Goianésia e Tailândia, registra-se a morte de três pessoas chacinadas. Simultaneamente a um processo de mercadorização da terra, avançam os conflitos. No segundo semestre de

1987, três processos de alienação de terras estaduais pelo sistema de requerimento significaram a passagem para particulares de 8.970 ha na forma de títulos (3) definitivos de compra (Pará Agrário, 1987). Na região do Baixo Acará, registrou-se um conflito envolvendo os posseiros da área denominada Santa Maria no igarapé Itapecuru. Os culpados por esse violento episódio não foram punidos. O conflito amedrontou os moradores, que decidiram sair, muitos deles vindo morar em Belém. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais empenhou-se junto ao INCRA para solicitar a criação de um assentamento e a demarcação definitiva da área. As soluções para as questões de terras têm sido realmente limitadas. É necessário políticas e ações que venham a regular a situação de ocupantes e posseiros, como revelam os processos encaminhados junto ao ITERPA. Segundo dados fornecidos pelo INCRA, os assentamentos Santa Maria I e II foram criados (Resolução n° 00201/92) com uma área de 4.356 ha e capacidade para receber 145 famílias. Esse assentamento somava-se ao primeiro surgido dentro dessa sistemática, que foi o Benedito A Bandeira, com área de 8.280 ha e capacidade para 205 famílias (portaria 621/88). A construção da Alça Rodoviária, contemplada no denominado Sistema de Integração do Leste Paraense, ao efetivar-se, provocará uma profunda transformação não apenas em Itancoã, mas também em Jacarequara e Guajará. Esse projeto foi concebido para “solucionar um grave problema de estrangulamento da economia paraense diante da descontinuidade da malha rodoviária, e em consequência da existência dos rios Guamá, Acará e Moju, interceptando a continuidade da importante rodovia PA-150, que partindo do município de Conceição do Araguaia atravessa todo o ‘Programa Grande Carajás’ onde se encontra a maior província mineral do mundo” (Pará -Desenvolvimento, 1990).

Esse projeto, elaborado há quase vinte anos, se executado, transformará profundamente a vida de pequenos povoados como Itancoã, Guajará e Jacarequara no Baixo Acará. Com sua abertura e integração mudará a configuração de povoado de beira de rio, e certamente assistir-se-á às repercussões da entrada do automóvel, caminhões e ônibus. Hoje os moradores se locomovem a pé no território ou recorrem às bicicletas, mais usadas para ir a Guajará e Jacarequara ou fazer os movimentos internos, de uma casa a outra. Bicicleta não é um bem freqüente entre os habitantes de Itancoã, também não é o casco ou a canoa. O jornal Liberal de 10 de maio de 1998 apresenta um mapa com os trechos e ramais que formam os enlaces com o Leste Paraense. O ramal que chega ao Km 27 (já existente) permite atualmente o acesso rodoviário até Bujaru.

No nível de organização política, destaca-se na região do Baixo Acará a existência da Associação dos Moradores do Baixo Acará - AMBA, fundada em 15 de novembro de 1996. A natureza dessa entidade é informada na correspondência enviada em maio de 1997 ao presidente do INCRA, em que se explicita que a entidade congrega 40 entidades e cobre uma diversidade de interesses na sua composição, sendo representante de Associações, Centros Comunitários e Clubes de Mães. De alguma forma, essa associação apoia-se no trabalho de articulação criado pela igreja católica através das Comunidades Edesiais de Base. Parte desses trabalhos foram coordenados pelo Seminário Oscar Romero, de Belém. Existem na área 18 dessas comunidades com sua dinâmica de reuniões e de escolha de lideranças. O líder de Guajará foi entrevistado e frisou que se tratava de criar, ante o aumento de situações de conflito pela terra, uma entidade jurídica, já que as CEBs não oferecem esse tipo de espaço.

A AMBA chegou a desencadear um movimento pela unificação e organização das localidades e, como foi mencionado, propôs, a partir de uma avaliação política, “melhoria de vida para as pessoas que passam por grande necessidade”. Este trabalho busca entender como uma região agrícola não foi objeto de uma política de desenvolvimento agrícola. Nesse sentido, frisa o coordenador, é prioritário definir alternativas econômicas em situações, muitas vezes, de redução dos recursos. “Esbarra-se com problemas, pois nessas colônias já não tem madeira ou enfrenta a questão de que a madeira está acabando e mesmo assim o pessoal continua a fabricar o carvão”.

Em entrevista, o presidente da AMBA fez uma exposição argumentada sobre esses problemas: “Temos lugares onde o pessoal começou a fabricar ‘espeto de churrasco’ que é feito de bambu (a taboca) o que acontece é que a taboca já está quase acabando”. E completou: “desta forma, a AMBA está buscando novos projetos. Agora estamos tratando com o POEMA para trabalhar com manejo de açaí e de plantas medicinais. Esse projeto terá recursos do PDA”. A presidência da AMBA participa desses levantamentos e idêntico trabalho foi feito em relação ao projeto de manejo do açaí e das plantas medicinais.

A AMBA acompanha a mobilização das localidades para encaminhar a demarcação e titulação das terras. Nesse ponto, reconhece as diferenças que existem entre as ‘comunidades’, divididas entre o grupo que apoia a titulação coletiva e se encontra articulada para esse tipo de demanda junto aos órgãos fundiários (ITERPA, INCRA) e o grupo que, por diversos processos e experiências, manifesta interesse na titulação individual. Essas posições precisam

ser analisadas em relação ao nível de mobilização interna. As localidades menos estruturadas ao nível de associação, optam mais facilmente pelo loteamento individual.

Outro campo de participação dessas associações tem sido a formação dos agricultores e o treinamento em cursos, a exemplo dos realizados pelo PEP. Canalizando os vários níveis de organização das comunidades, a associação está atenta para negociar outras demandas, como transporte, saúde, educação e mais diretamente vantagens econômicas como crédito e aposentadorias. No tocante ao crédito bancário, solicitações junto ao BASA para a obtenção de crédito na linha do FNO. Isso coloca questões estratégicas que passam pela agência. Administrativamente, esse programa é sediado em Tomé-Açu, mas eles foram obrigados a mudar para a agência do bairro da Pedreira, em Belém. Esse tipo de solicitação torna-se complexo pela documentação exigida, raras vezes, de posse dos agricultores e das localidades, motivo pelo qual a AMBA realiza a mediação e o assessoramento. De fato, a área de abrangência inclui uma série de comunidades que ainda não têm inserção oficializada na AMBA, da qual participam quatorze comunidades.

No Baixo Acará, as intrincadas raízes da estrutura fundiária colonial entrelaçam-se com processos de apropriação (inclusive com indícios de grilagem) da segunda metade deste século que sobreviveram junto com as relações de arrendatário e de agregados endividados junto aos “patrões donos da terra”.

Guajará e Itancoã já encaminharam pleitos ao ITERPA para demarcação e titulação da terra, mas, invariavelmente, têm encontrado as restrições de uma cadeia dominial que reporta a situações de documentos de terra em litígio.

3 DISCUTINDO O SENTIDO DAS NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS

A mobilização recente das comunidades negras guardaria relação com o movimento negro em nível nacional, de raízes mais urbanas? As questões nacionais, como a discriminação e o preconceito de cor, atreladas a uma questão econômica e social ou produto de um divisor social mais profundo, não são observadas claramente no conteúdo político das lutas dos grupos negros rurais no Pará. Não negando esses componentes, as mobilizações no Pará identificam sobretudo do cercamento ou redução das terras antes sob seus domínios. O fato de construir uma identidade étnica distingue esses grupos do movimento camponês. A cor, nesse caso, traduz-se a um elemento de afirmação política.

A trajetória dos movimentos associativos de comunidades negras constrói-se a partir de organizações localizadas, interagindo com segmentos religiosos, organizações sindicais e de defesa de direitos humanos. Nos meados dos anos 80, quando grupos negros do Trombetas assumiram a luta contra a permanência nas terras de seus ancestrais, emergiram as bases de uma aliança urbana, através do CEDENPA, que passou a realizar os Encontros de Raízes Negras. O primeiro deles foi em Pacoval, município de Alenquer. Esses momentos dariam origem mais tarde às Associações de Remanescentes de Quilombos, que discutiriam estratégias de defesa de territórios e sua auto-demarcação. De longe, no Pará, esses grupos do Trombetas estão à frente de ações e mobilizações políticas que, com a bandeira de remanescentes de quilombos, delimitam os campos de um movimento negro rural.

O movimento dessas comunidades parte do seu agrupamento, com um esquema de representação por localidade nas associações. Esse associativismo edifica-se a partir da luta pela terra e absorve inclusive as formas de organização anteriores, vinculadas à Igreja Católica. Articulam-se associações por território quilombola delimitado pela concepção comunitária e domínio do espaço, criando-se autoridades de representação política. É exemplo a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Médio Amazonas/ARMA, que nasceu de associações de base organizadas no nível das comunidades, como a ARQMO, ACONQUIPAL. Outra forma de organização é a Associação dos Moradores do Baixo Acará/AMBA. Acima dessa espacialização que sugere delimitações de áreas, as associações continuam estreitando relações e articulam uma plataforma comum: a) interferir e fazer avançar as demarcações/titulações de terras; b) mobilizar ações conforme mudanças nos procedimentos junto aos executivos estadual e federal, constituindo grupos de pressão para atuar junto aos órgãos onde se canalizam os seus pleitos: INCRA, ITERPA, Procuradoria da República e Fundação Palmares; c) organizar e ampliar o campo de luta nacional que passa pelos diversos encontros de comunidades negras rurais, estaduais e nacionais, encontros de quilombolas, encontros de mulheres negras, diálogos entre grupos afro-etno. Nessa mobilização, elaboram projetos econômicos com conteúdo ecológico, como a construção de espaços de preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais, a criação de escolas com revisão de conteúdos do ensino, programas de saúde etc.

O reconhecimento *in loco* de quase 100 comunidades negras rurais no Pará permitiu identificar três níveis de mobilização e de realidades sociais, diretamente vinculadas à terra. No primeiro nível, encontra-se a área do

Trombetas. Transcorridos quase 15 anos de mobilização, que se fez de forma gradual, as comunidades avançaram na condução do processo de reivindicação de titulação de terras, com influências que alcançam o médio Amazonas, e simultaneamente ganharam espaço no cenário regional e nacional. Em que se radica essa experiência e o que tem a dizer para o conjunto do movimento nacional de *remanescentes de quilombos*, ou movimento de comunidades negras rurais? Conseguem primeiramente criar uma unidade no discurso político de remanescentes de quilombos e na luta pelo direito à terra ocupada. Em segundo lugar, conseguem canalizar demandas nos espaços políticos e legitimar seus pleitos, no nível externo, na medida em que inserem as questões locais no debate contemporâneo (os direitos humanos e direitos ecológicos, a preservação dos ecossistemas), demarcando as fronteiras em relação ao discurso do movimento sindical e camponês. As condições históricas da ocupação dessa região têm facilitado a titulação de territórios que estavam dentro do domínio de seus ancestrais.

Nas outras áreas estudadas, não se encontra essa homogeneidade política, nem as condições favoráveis à titulação de terras. O vale do Tocantins, com 73 comunidades negras é a área de maior densidade demográfica identificada neste estudo. Em 12 comunidades onde se realizou um censo demográfico por família, encontram-se 3.091 moradores. Nesse universo populacional, está Umarizal, o maior povoado, com 1.063 habitantes. As condições necessárias à viabilização de processos de titulação tornam-se mais complexas, não apenas em relação à fragmentação dos discursos e das práticas políticas das comunidades, mas pela intensificação dos conflitos pela terra, que produzem cisões dentro dos grupos. Várias comunidades ignoram e recusam qualquer identificação como *quilombolas*, o que retarda a condução de pleitos coletivos. A experiência acumulada de organização partiu do movimento sindical rural e está fortemente sedimentada nas comunidades e lideranças. Constitui portanto outra forma de discurso que necessita tempo para adquirir as bandeiras do movimento de remanescentes, como a demarcação de terras de uso comum. Esse avanço é percebido nas recém-criadas associações de remanescentes e no encaminhamento ao ITERPA do pleito de titulação de 33 comunidades, com um plano de demarcação.

Um terceiro grupo de comunidades, cujas terras encontram-se sob o domínio de fazendeiros e empresas agrícolas ou ainda sofrem os efeitos da expansão das cidades, dá os primeiros passos para uma mobilização que não é todavia expressão de uma unidade coletiva. Com categorias políticas de quilombo, remanescentes de quilombos ou noções da história do grupo menos internalizadas, via memória social, têm dificuldade de levantar bandeiras que as

aproximem seja do movimento negro rural, seja do movimento sindical. É importante observar que se trata de comunidades cercadas, com áreas muito pequenas, com dificuldade até de reproduzir a condição camponesa. Com essa distinção, podemos classificar grupos encontrados em boa parte das áreas, da região Bragantina, do Gurupi, de Belém e da região Guajarina.

Trata-se, portanto, de novas configurações na mobilização política realizada pelas comunidades negras rurais no Pará, com expressões históricas e marcas decodificadas na pesquisa de campo. Essa nova configuração aparece na organização de lideranças, em sua formação permanente, no aprendizado de instruções jurídico-formais para cumprir as exigências legais da demarcação e de introdução de pleitos, de apresentação de projetos. O diálogo entre essas lideranças lhes permite examinar processos e repassar experiências, a exemplo da autodemarcação introduzida pela ARQMO, no Trombetas.

O princípio a seguir é a construção da própria história, através de procedimentos que se apoiam na leitura das memórias sobre a origem do grupo, sua permanência na área e o processo de territorialização. As tensões e os conflitos com atores representados pelo Estado, por empresas, comerciantes, religiosos, pesquisadores e comerciantes, segmentos da sociedade com os quais negociaram sua permanência no território, em condições muitas vezes desvantajosas, permanecem presentes. Novas configurações políticas, estão se consolidando: a) um campo de luta política com o governo, com as empresas, com as organizações não governamentais; b) um conjunto de atores que dialogam com o Estado, e de lideranças que circulam em esferas antes proibitivas (mulheres, jovens, adultos); c) uma diversidade de ações e de mobilizações; d) uma formulação sob estímulos políticos de um movimento quilombolas que constrói um discurso e o faz transitar frente a outros segmentos sociais, disputando políticas públicas; e) uma entrada no campo da participação sindical e político-partidária, refletindo-se nas eleições municipais, com candidaturas de vereadores, a exemplo de municípios do Tocantins e do Trombetas; f) uma coordenação estruturada, a partir de representações locais com o movimento mais amplo de trabalhadores rurais (centrais sindicais), o movimento negro nacional, moradores em unidades de conservação, bem como esquemas de assessoria e apoio a pesquisa e discussões junto a órgãos governamentais e não governamentais, nacionais e mesmo estrangeiros. Finalmente um novo elemento a ressaltar é o envolvimento de lideranças para facilitar a pesquisa de campo. As comunidades de Mocajuba foram revisitadas, em menos de um mês por lideranças que auxiliaram no levantamento, aprenderam a utilizar o GPS para localizar e precisar suas reivindicações. Em Itancoã e Camiranga, um procedimento etnometodológico levou à intensificação das relações entre o pesquisador e o grupo.

Um balanço retrospectivo permite contar mais de uma década de lutas que se constituíram na interseção do movimento negro e da luta pela terra. Esse processo está longe de ser localizado, pois as estratégias políticas formuladas no espaço nacional, mas reveste-se da originalidade fundada na experiência histórica na identidade étnica de grupos que envolveram pesquisadores e pesquisa em suas práticas políticas.

Referências bibliográficas

- ACEVEDO MARIN, Rosa e CASTRO, Edna. (1998). Trombetas/Pará. Impasses na conquista da terra coletiva. *Revista Tempo e Presença*. ano 20, n° 298, mar./abr.
- ACEVEDO MARIN, Rosa (1996). Terras e afirmação política de grupos rurais negros no Pará. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Antropologia.
- ACEVEDO MARIN, Rosa e CASTRO, Edna (1998). *Negros do Trombetas. Guardiães de Matas e Rios*. Belém, UFPA/NAEA, 2ª ed. revista/ampliada.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1996). *Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida* (mimeo).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1989). Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - Uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna e HÉBETTE, Jean. *Na trilha dos Grandes Projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Cardenos NAEA N° 10. Belém, NAEA/UFPA.
- ALONSO, Sara. (1996). *Os Tembés de Guamá: processo de construção da cultura e identidade Tembés*. Museu Nacional do Rio de Janeiro/UFRJ.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré e GUTEMBERG, Armando D. (1998) Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. V. 15, N° 3, set/ dez.
- ARRUTI, José Maurício Andion. (1998) Comunidades negras rurais: entre a memória e o desejo. *Revista Tempo e Presença*, ano 20, n° 298, mar./abr.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1839). Ensaio Corographico da Provincia do Pará. Pará, Typ. de Santos e Menor.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. (1969). *Compêndio das Eras da Província do Pará*: Belém, Universidade Federal do Pará.
- BARTH, Frederik. (1984). The Nature and Variety of Plural Units. In: MAYBURY-LEWIS, David. *The Prospects for Plural Societies*. Washington, American Ethnological Society.
- BOURDIEU, Pierre (1977). *Outline of a teoria of practice*. Cambridge, Cambridge University Press.

CASTRO, Edna (1995). Etnicité, territorialité et lês luttés sociales em Amazonic. *Cahiers Du CELA.IS/Institut de sociologie/ULB, Bruxelles*.

CASTRO, Edna (1996). Citoyenneté, Société Civile et Mouvements Sociaux au Brésil. In: MARQUES-PEREIRA, Bérengere e BIZBERG, Ilán (Orgs.) - *La citoyenneté sociale e en Amérique latine*. L'Harmattan/CELA.IS/ULBruxelles, Paris.

CASTRO, Edna (1997). Terra, Etnicidade e Representações sobre a Natureza entre Remanescentes de Quilombos. Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS, Brasília.

DESPRES, Leo. (1973). Ethnicity and Etnic Group Relation in Guyana. In: *The New Ethnicity Perspectives from Ethnoloby*. Washington University John Bennet.

DIAS, Manuel Nunes. (1970). *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: (1775-1778)*. Belém, UFPA, (Coleção Amazônica José Verissimo).

FALCON, Francisco J.C. (1999). *Passados Recompuestos. Cantos e Canteiros da História*. (Apresentação). BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique, Ed. UFRJ/Ed. FGV, Rio de pnelro.

FRECHAL Terra de Preto. (1996). *Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista*. São Luis. Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Centro de Cultura Negra do Maranhão-Projeto Vida de Negro.

GOMES, Flávio dos Santos. (1997). *Quilombos, Zumbi e Pai mares: repensando a construção de simbolos e de identidade étnica no Brasil*. ANPOCS, s.d. (mimeo)

HURLEY, Jorge. (1932). *Chorographia do Pará e Maranhão*. Rio Gurupy.

IDESP. Pará Agrário, n° 3, jul./dez. 1987.

IDESP. Pará Desenvolvimento, n° 26. jan./jun. 1990.

KEARNEY, Michael (1996). *Reconceptualizing the Peasantry: anthropology in global perspective*. Colorado, Westwiew Press, Inc.

LOUREIRO, Violeta R. (1997). *Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia*. Belém, CEJUP.

OLIBERAL (1998). Belém, 10 de maio de 1998.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). (1995) *Terra de Quilombo*. Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro.

PAIVA e SOUZA, Vânia R. Fialho (1998). Castainho/Pernambuco. A construção da alteridade. *Revista Tempo e Presença*. ano 20, n° 298, mar./abr.

PARÁ, Presidente de Provincia, 1867-1868 (Joaquim Raimundo de Lamare) Relatório com que o Exm° Snr, Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raimundo de Lamare passou a administração da Provincia do Gram-Pará ao Exm° Snr. Antonio Lacerda Chermont (visconde de Arary), 1° vice-Presidente em 6 de Agosto de 1868. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868.

PENNA, Domingos Soares Ferreira (1973). *Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 2 vol.

- PRADO, Danda (1991). *O que é família?* 12 ed. São Paulo Brasiliense.
- PRICE, Richard (1995). Execution Ethnicity: The Dillings in Suriname. *Cultural Anthropology*. 10(4):437-471. American Anthropological Association.
- PRICE, Richard (1994). *Les premiers temps*. La conception de l'Histoire des Marrons saramaka. Paris, Seuil.
- Projeto Vida de Negro (1996). Frechal. *Terra de preto*. Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luis, SMDDH/CCN-PVN.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* (1970), Pará, Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica, Série José Verissimo).
- RIBEIRO, Darcy. (1996). *Diários Índios: os Urubus-Kaapor*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ROSIE, Anthony (1994). Contested Discours. Exploration of Two discourses in Youth Work Training. *Journal of Contemporary Ethnography*. Vol. 23, Number 3, october.
- SALES, Noêmia P. (1990). *A Escola entre os Tembê do Alto Rio Guamá: Espaço de resistência étnica*. Belém, mimeo.
- SALES, Noêmia. (1994) *Os Tembê no Alto Rio Guamá: reelaborações étnicas, identidade e território*, mimeo.
- SALLES, Vicente. (1988). *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura, Belém: Secretaria de Estado da Cultura, Fundação Cultural Tancredo Neves.
- SANTOS, Myriam (1993). O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 23, ano 8, outubro. ANPOCS.
- SILVA, Dimas Salustiano da. (org.). (1998). *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil*. Boletim Informativo do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas.
- VERGOLINO-HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Napoleão (1990). *A presença africana na Amazônia Colonial: a notícia histórica*. Belém, SECULT.
- WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo (1961). *Os índios Tenetehara* (Uma cultura em transição). Rio de Janeiro, Vida Brasileira.

**RELATÓRIOS DA PESQUISA MAPEAMENTO DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS
(1998 - 2000)**

ACEVEDO MARIN, R e Castro, E. (1999). *No caminho das Pedras de Abacatal*. NAEA/UFPA. Belém.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1999). *Bela Aurora dos Pretos Velhos. Gurupi-Pará*. Belém, Pará.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1999). *Ocupação e Topogia do Território 'Negro' no Baixo Acará*. Belém, Pará.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1998). *Terras de Preto da Região de Gurupi - Pará*. Belém, Pará.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1999). *Itancoã no Baixo Acará - Pará: as terras dos descendentes além da casa grande*. Belém, Pará.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (2000). *Camiranga mudanças nas antigas terras de preto*. Belém, Pará.

AMORIM, Maria Joana Pompeu e Nogueira, Shirley Maria Silva. (1999). *Terra de Preto da Região Tocantina - Pará/Belém*, Pará. (Orientadora: Rosa Acevedo Marin).

CASTRO, Edna Maria Ramos de. (1999). *Terras de preto e descendência: história e vida de quilombolas no Tocantins*. Belém, Pará.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (1999) - *Campesinato e Terras de preto na Região Bragantina*, Belém, Pará.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (1999) - *Umarizal da Beira: povoado quilombola e reinvenção do território* (Município de Baião), Belém, Pará.

CONDE, Renilda Medeiros Borges de. (1999). *A Intervenção de Órgãos Públicos na Comunidade Negra de Boa Vista do Itá*. Belém, Pará. (Orientadora: Edna Ramos Castro).

DIAS, Rejane Maria de Siqueira. (1999). *Mulher Negra Rnral: um estudo de caso nas Comunidades de Santo Antonio e Retiro*. Belém, Pará. (Orientadora: Edna Ramos Castro).

RIOS, Monserrat. *Plantas alimentarias y medicinales de la comunidad negra de Abacatal*. Belém, Pará.

MONTEIRO, Graciete Queiróz (1999). *Herança e uso comum da terra na comunidade rural de Peroba* (Município de Augusto Corrêa), Belém, Pará. (Orientadora: Edna Castro).

PEREIRA, Rosevaner Nogueira, Soares, Eliane Cristina Lopes & Lima, Ana Renata do Rosário (1999) - *Repertório de documentos sobre os quilombos no Pará - Séculos XVIII e XIX*. Belém, Pará. (Orientadora: Rosa Acevedo Marin).

MATOS, Maria Oneide. *Escravidão na Região Bragantina nos documentos do século XIX*. Belém, Pará. (Orientadora: Edna Ramos Castro).